

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

# **Diálogos entre a sociologia e a literatura. Pressupostos metodológicos. (versão resumida).**

Paulo César Alves.

Cita:

Paulo César Alves (2009). *Diálogos entre a sociologia e a literatura. Pressupostos metodológicos. (versão resumida)*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1146>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

# **Diálogos entre a sociologia e a literatura**

**Pressupostos metodológicos  
(versão resumida)**

*Paulo César Alves*<sup>1</sup>

## **Introdução**

Até o século XVIII não havia uma separação nítida entre a obra literária e a científica (Lepenies, 1996). A partir dos meados do século XIX em diante, esses dois campos passaram a disputar entre si a primazia de fornecer os subsídios para o entendimento da cultura moderna. Recentemente, o divórcio entre literatura e ciências sociais tem sido posto em questionamento, embora os pressupostos teórico-metodológicos dessa relação sejam objetos de intenso debate.

A constituição desse debate dependerá de uma orientação cientificista e hermenêutica de se conceber a sociologia. Assim, a forma pela qual se concebe a natureza dessas ciências implica em afirmações diferenciadas no que se refere às aproximações ou afastamentos entre a obra científica e literária. Nesse sentido, cabe perguntar quais são os princípios teórico-metodológicos que fundamentam as possíveis interlocuções entre essas duas áreas do saber. O presente artigo pretende contribuir para esse debate. Tem por principal objetivo discutir como as transformações ocorridas no campo da sociologia contribuíram para o atual diálogo entre essa ciência e literatura.

---

<sup>1</sup> Professor Titular do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Coordenador do ECSAS (Núcleo de Estudos em Ciências Sociais, Ambiente e Saúde). E-mail: paulo.c.alves@uol.com.br

Para pensar em pontos de interconexão entre a literatura e as ciências sociais é necessário examinar o processo de expansão e reestruturação dos pressupostos epistemológicos das ciências sociais. Mas, por outro lado, é também importante compreender as discussões que atualmente estão relacionadas ao significado do “fato literário”. A tese fundamental do presente trabalho é a de que as reformulações ocorridas nesses dois campos (re)estabeleceram as bases para um diálogo entre eles. Embora o presente artigo enfoque apenas no primeiro item, é fundamental traçar em primeiro e em breves palavras as linhas mestres relativas à atual discussão atuais sobre o fato literário.

Em termos bens gerais, podemos resumir esse processo nos seguintes itens. Preocupada com as análises das formas e estruturas dos discursos ou pela lógica dos sistemas textuais - tais como estabelecidas pela lingüística moderna, a semiologia e o estruturalismo - a reflexão sobre a literária no séc. XX, principalmente na segunda metade desse século, terminou por colocar em segundo plano a função comunicativa tanto do autor como sujeito criador quanto do leitor como sujeito receptor. Com isso, um fato marcante da literatura – a função de traduzir simbolicamente as experiências humanas, com a evidente intenção de comunicá-las as outras pessoas – foi posta um tanto à margem nas investigações do tipo “formalista” que dominaram as análises literárias. Voltadas por estabelecer “métodos objetivos” do fato literário, tais análises prenderam-se essencialmente nos componentes descritivos do texto em si mesmo, minimizando (quando muito) a presença de um referente no discurso e o funcionamento dialogal entre o autor e o interlocutor. Em síntese, o caráter interpretativo das obras literárias proposto pela análise formais do discurso textual ficou restrito ao texto em si mesmo, não gerando espaço para o sujeito criador e as imagens do mundo que estão expressas no texto. Nessa perspectiva analítica, a literatura deixa de ser um importante documento para conhecer o homem e suas relações particulares com o mundo.

O enfoque interpretativo que permite estudar as obras literárias com o objetivo de nelas encontrar as imagens do homem que aí se expressam (sem com isso menosprezar as análises formais do discurso textual), ressalta o componente imaginário da literatura. Assim, o conhecimento que se espera alcançar é o de como a literatura concebe o fenômeno humano por meio de *imagens*. Nesse aspecto, a construção de uma realidade feita pela literatura é um ato que depende tanto dos propósitos, atitudes e experiências do narrador quanto do próprio imaginário fornecido pelo texto. Em síntese, a literatura elabora processos e estratégias de organização da realidade mediante o uso de textos narrativos que estabelecem laços, relações e conexões entre os dados fornecidos tanto da realidade quanto de “significação imaginária”.

## UM PONTO DE INFLEXÃO NA HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA

É inegável que nas últimas décadas a sociológica tem desenvolvido uma crescente preocupação em repensar os pressupostos sobre os quais se assenta o seu processo de entendimento científico do mundo. Guardando as devidas proporções, parece que atualmente o fervor da imaginação sociológica iguala-se com o que foi presenciado na passagem do século XIX para o XX, como a série de debates intelectuais (*Methodenstreit*) que sacudiram a Alemanha daqueles tempos. Esse fato pode ser constatado pelo número de autores clássicos que são atualmente revisitados (como Mead, Durkheim, Parsons, Simmel e, principalmente, Weber); pelas reflexões de caráter epistemológico desenvolvidas pelos cientistas sociais; pela multiplicidade de paradigmas e de referências teórico-metodológicas; pelas tentativas de integração e sínteses teóricas propostas; pelas tentativas de superação de uma série de pares de conceitos clássicos (subjetivo e objetivo, agente e estrutura, coletivo e individual, macro-sociologia e micro-sociologia) e, principalmente, pela expansão de novos campos de pesquisas que ultrapassam as tradicionais fronteiras disciplinares. Além desses aspectos, cabe também notar que a sociologia tem mantido – ou ampliado - um amplo diálogo com outras disciplinas, como acontece com a literatura.

A preocupação em repensar os pressupostos das ciências sociais deve-se as significativas diferenças entre o fazer sociológico atual e as correntes teórico-metodológicas hegemônicas da chamada “idade de ouro” da sociologia. O termo “idade de ouro”, cunhado por Picó (2003), designa o tipo de sociologia desenvolvida entre as décadas de 1940 e 1970, principalmente após a Segunda Guerra (ver também Friedrichs, 2001; Platt, 1996; Hinkle, 1994; e Arnone, 1982). Foi nesse período que se deu a reconstrução das sociologias nacionais e sua maior institucionalização nas universidades, particularmente nos Estados Unidos.

Entre 1940 e 1960 a sociologia parecia estar assentada sobre bases sólidas. Havia uma espécie de consenso por parte dos pesquisadores de que as ciências sociais estavam fundamentadas em um conjunto de pressupostos epistemológicos, os quais lhes outorgavam um campo disciplinar bem delimitado. Havia a convicção de que no processo de consolidação dessa disciplina chegar-se-ia a um saber que unificaria, através de mutuas conexões, as diferentes orientações teóricas que até então dominavam no campo da sociologia. Nessa perspectiva, a sociologia não apenas teria estabelecido limites definidos sobre seus pressupostos epistemológicos e metodológicos como também teria se desvinculada das indagações filosóficas.

A partir dos anos setenta a sociologia enfrentou uma crise de seus paradigmas<sup>2</sup> dominantes, abrindo-se para novas configurações multiparadigmáticas. Vários fatores contribuíram para esse processo, cabendo destacar a maior internacionalização que a sociologia adquiriu nos últimos trinta a quarenta anos devido o revigoramento das sociologias nacionais e redução da americanização da disciplina, até então predominante.

Uma característica fundamental da chamada “nova sociologia”<sup>3</sup> é a sua preocupação com a idéia de *historicidade* como um elemento fundamental para a compreensão da ação social. Embora de formas distintas, todas elas privilegiam a temática da ação, compreendendo-a como um fenômeno no qual afloram as questões da historicidade.

O conceito de historicidade aqui utilizado tem um sentido preciso: refere-se a idéia de que todo o ser humano está regido pela temporalidade. A temporalidade é a condição de possibilidade da historicidade. É um modo pelo qual o ser humano tem de assumir seu próprio futuro. Assim, é importante não confundir historicidade com história e tampouco com historicismo. A historicidade é prévia a história; é a possibilidade de construir a história. Em outras palavras, a historicidade não é resultado da história, mas esta é resultado daquela. Por sua vez, o historicismo é um conjunto de doutrinas que enfatizam o importante papel desempenhado pelo caráter histórico do homem.

A noção de historicidade pressuposta na teoria sociológica contemporânea possui três importantes aspectos: a) lida com *construções passadas* (a idéia de que o mundo social se constrói a partir das condições diretamente dadas e herdadas do passado); b) estas construções são *atualizadas nas práticas e nas interações da vida cotidiana dos atores* (as formas sociais passadas são apropriadas, reproduzidas e transformadas enquanto outras são inventadas); c) são *aberturas de campos de possibilidades no futuro* (a herança passada e o trabalho cotidiano sempre abrem perspectivas para o futuro). Assim, se por um lado, esse conceito remete a mundos objetivados (os indivíduos e os grupos se servem de palavras, objetos, coisas, regras, instituições, etc., legados pelas gerações anteriores, transformando-os e criando novas formas) por outro, se inscreve em mundos subjetivos e interiorizados (construídos de formas de sensibilidade, de percepção, de conhecimento).

---

<sup>2</sup> O termo paradigma tem múltiplos sentidos. Para o presente trabalho, paradigma é utilizado para se referir a um conjunto de idéias, valores, princípios, técnicas e hábitos (e mesmo crenças), compartilhados pelos membros de uma dada comunidade científica, que são empregados como modelos ou exemplos para o entendimento de uma dada realidade.

<sup>3</sup> O termo “*novas sociologias*” é retirado de Corcuff (2001). Refere-se a um conjunto de teorias que floresceram a partir da década de 1970, como, entre outras, a sociologia existencial (John Johnson, Joseph Kotarba e Jack Douglas), a teoria do ator-rede (Bruno Latour), a teoria da ação criativa (Hans Joas), a sociologia fenomenológica (Berger, Jack Katz), além das mais conhecidas e não tão “novas” como a “praxeologia” ou “construtivismo estruturalista” de Pierre Bourdieu e a teoria da estruturação de Anthony Giddens

A centralidade da historicidade assumida pela teoria sociológica contemporânea tem inegavelmente implicações teórico-metodológicas. Destaquemos apenas duas delas. Em primeiro lugar, é importante levar em consideração que toda ação (fundamento da historicidade) atua sobre um meio no qual toda reação se converte em reação em cadeia (todo processo é causa de novos processos). Como a ação atua sobre seres que também são capazes de agir, a reação (além de ser uma resposta) é sempre uma nova ação com poder de atingir ou afetar os outros. Nesse aspecto, o ator nunca é simples “agente”, mas também, ao mesmo tempo, paciente. Termos tão caros à teoria contemporânea, como “reflexividade” (Giddens), “redes” (Latour), “mundo-de-vida” (Habermas, entre outros), revelam de forma direta ou indireta como as ações sempre estabelecem relações, havendo nesse processo uma tendência inerente de violar limites e transpor fronteiras. Afinal, como chama atenção Hannah Arendt (2000), toda ação humana, por não se restringir a um círculo fechado, tem a característica de ser *ilimitada*. O caráter ilimitado da ação é devido a produtividade específica da ação em estabelecer relações.

Tendo em vista a sua especificidade em estabelecer campos de possibilidades no futuro, toda ação tem um caráter de *imprevisibilidade*. Ou seja, embora sempre existam certas proteções para conter a tendência inerente da ação em violar os limites, o resultado da ação é imprevisível. O pleno significado da ação somente se revela quando ela termina. A luz que ilumina os processos de ação (e, portanto, de todos os processos históricos) só aparece quando eles terminam.

Em segundo lugar, é fundamental salientar que falar da “liberdade” da ação – as perspectivas para o futuro abertas pela ação humana - não significa admitir que o dinamismo humano é um processo “cego”; algo que pode ser reduzido às meras acumulações de resultados aleatório que se sedimentam ao longo da história. A condição básica do privilégio da “liberdade” da ação consiste no fato paradoxal de que nunca há despreendimento da integração geral das ações no todo social e material. É justamente essa integração, esse laço que une a atividade humana ao seu mundo (espiritual, físico e biológico), que é indispensável para que a ação possa “transcender”, ultrapassar parte daquilo que mantém a relação. A ação evidencia sem cessar a vertigem da liberdade: a polaridade de ser e não-ser enraizada. E a tarefa que a sociologia contemporânea se impôs foi a de tentar determinar o caráter de liberdade humana na relação com o mundo social, ou mesmo com a natureza.

Um ponto central para as “novas sociologias” é considerar os indivíduos em seu nexos existencial – em processos de interação com outros seres humanos e coisas (o fundamento da ação). A questão fundamental que se coloca é o de como conhecer os significados das ações humanas. Mais

especificamente, é importante reconhecer a diferença entre o conhecimento de uma ação e o conhecimento *sobre* ações. A primeira é aquela percepção das ações que os nossos sentidos nos transmitem. É a percepção sensorial de quem vive a ação, que Bertrand Russell chamou de “conhecimento por familiaridade” e Alfred Schutz de “conhecimento de primeiro grau”. O conhecimento sociológico é de “segundo grau”; é conhecimento sobre o conhecimento de primeira ordem e, por conseguinte, é de certa maneira, metaconhecimento.

A centralidade da ação na teoria social contemporânea pressupõe determinados fundamentos teórico-metodológicos. Em primeiro lugar, a ação é uma cadeia ou continuidade de eventos, continuidade essa que expressa certas propriedades de relações entre os eventos. As relações entre evento são relações em que um se estende a um outro. Isso é, cada evento é uma parte de outros eventos. As relações entre eventos são dadas por “junções” - aquilo que estabelece a continuidade de eventos interligados. A unidade que constitui uma cadeia ou redes de eventos é instituída por um constructo, um fenômeno hermenêutico, um ato de “significação imaginária”.

## CONCLUSÃO

O argumento central da presente comunicação é de que tanto a sociologia quanto a literatura – guardando suas especificidades - elaboram processo e estratégias de organização da realidade através de “significações imaginárias”. Nesse sentido, partilham de certos pressupostos em comum e é através deles podemos estabelecer os princípios pelos quais a sociologia e a literatura dialogam entre si.

Significação imaginária diz respeito à forma pela qual é colocada a “unidade” e a “identidade” dos fenômenos sociais. A especificidade ou particularidade de uma cadeia ou rede de eventos está no seu mundo de significações. Esse mundo das significações não é uma réplica ou decalque de um mundo “real” e tampouco deixa de ter relação com um certo *ser-assim* do “real”. Mas fundamentalmente construção elabora pela linguagem. Conforme Castoriadis (1982: 390) *”A significação é aqui o co-pertencer de um termo e daquilo a que ele remete, progressivamente, direta ou indiretamente. Ela é um feixe de remissões a partir e em torno de um termo. Assim uma palavra remete a seus significados lingüísticos canônicos, quer sejam ‘próprios’ ou ‘figurados’, e a cada um deles à maneira da designação identitária”*.

Antes de continuar, é importante chamar atenção para conceito de “imaginário”. Esse termo designa nada mais que a relação da consciência ao objeto. Melhor, é um certo modo que o objeto

tem de aparecer à consciência ou, o que dá no mesmo, um certo modo que a consciência tem de se dar um objeto. Mais especificamente, o imaginário é uma forma excepcional das diversas possibilidades que tem a consciência de se relacionar com seus objetos (Sartre, 1996). Portanto, imagem não é mais do que uma relação. É um ato da consciência e não apenas uma “faculdade” do homem.

“Significação imaginária” é um fenômeno social e não de ordem individual. Não deve ser confundida com o “sentido subjetivamente visado” pelo indivíduo social e, portanto, em certo sentido, “presente” para ele. *“As significações imaginárias sociais são aquilo através do que tais visões subjetivas concretas ou ‘médias’ tornam-se possíveis”* (Castoriadis, 1982: 412). As significações não são o que os indivíduos se representam consciente ou inconscientemente, ou aquilo que eles pensam. Elas são o fazer e o representar/dizer social. Só podem ser concretizadas mediante sua “encarnação” com as coisas e os sujeitos, sua apresentação e figuração em e por um rede de indivíduos e objetos que elas “informam”. Em suma, as significações imaginárias sociais existem pela teia de relações estabelecidas entre os homens e as coisas.

As possibilidades de diálogo entre a sociologia e a literatura podem estar assentadas em vários pressupostos. A noção de significações imaginárias é um dos mais importantes deles, pois nos remete a forma pela qual identificamos a realidade social. Portanto, uma questão fundamental a ser discutida diz respeito a elaboração de uma heurística adequada para compreender os padrões de referências estabelecidos pela sociologia e pela literatura. Ambas expressam uma intenção de interpretação, tomando como campo de referência elementos escolhidos do “mundo real”. Mediante configurações imaginárias, ambas selecionam e combinam elementos da realidade. Embora motivadas por propósitos particulares, ambas movem-se entre o real e o imaginário. Explorar esses pontos “arquimédicos” entre a sociologia e a literatura pode nos indicar aberturas para uma melhor compreensão entre esses dois campos de conhecimentos.

## Bibliografía

- Arendt, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2000
- Arnove, R.F. (ed). *Philanthropy and cultural imperialism*. Bloomington: Indiana University Press, 1982
- Castotiadis, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- Corcuff, P. *As novas sociologias. Construções da realidade social*. Bauru: EDUSC, 2001
- Friedrichs, R. *Sociología de la sociología*. Buenos Aires : Amorrortu, 2001
- Hinkle, R.C. *Developments in american sociological theory, 1915-1950*. New York: State University of New York, 1994
- Lepenies, W. *As três culturas*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- Picó, J. *Los años dorados de la sociologia (1945-1975)*. Madrid: Alianza Editorial, 2003
- Platt, J. *A history of sociological research methods in America 1920-1960*. Cambribridge: Cambridge University Press, 1996.
- Sartre, J.P. *O imaginário*. São Paulo: Ática, 1996.